

## PLANO DE ENSINO

<b>DISCIPLINA</b>	ESTÁGIO I – TURMA A								
<b>DOCENTE</b>	ANDRÉ PACHECO TEIXEIRA MENDES								
<b>CÓDIGO</b>	GRDDIREST001	<b>SEMESTRE</b>	2025.1	<b>PERÍODO</b>	7º	<b>NATUREZA</b>	OBRIGATÓRIA	<b>CARGA HORÁRIA</b>	45h

<b>EMENTA</b>	Deontologia jurídica. Regulamento Geral da OAB. Código de Ética e Disciplina do Advogado. Peças jurídicas cíveis. Peças jurídicas penais. Peças jurídicas trabalhistas.								
<b>OBJETIVOS</b>	Desenvolver habilidades de prática jurídica nas áreas de Deontologia, Direito e Processo Civil, Direito e Processo Penal, Direito e Processo do Trabalho.								
<b>METODOLOGIA</b>	Exposição dialogada de conteúdos com resolução colaborativa de questões objetivas e redação de peças jurídicas.								
<b>HABILIDADES</b>	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.								
	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.								
	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.								
	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.								
	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.								
	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.								
	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.								
	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.								
	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.								
	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.								
	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.								
	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.								
	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.								
Exigência MEC  CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
	Outras: Apreender aspectos técnico-jurídicos da prática jurídica. Desenvolver habilidades de elaboração de peças jurídicas nas áreas penal, cível e trabalhista. Abordar aspectos relativos à ética da advocacia. Promover oficinas jurídicas sobre os conteúdos abrangidos pela 1ª fase do Exame de Ordem (OAB).								
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>									
<b>AULA</b>	<b>TEMA</b>								
14/fev	Apresentação do NPJ								
21/fev	Deontologia								
28/fev	Direito e Processo do Trabalho								
14/mar	Direito e Processo Penal								
21/mar	Direito e Processo Civil								
28/mar	Direito Tributário								
4/abr	Direito e Processo do Trabalho								
11/abr	Simulado OAB								
25/abr	Processo Judicial Eletrônico								
9/mai	ECA								
16/mai	Direito e Processo Penal								
23/mai	Direito e Processo Civil								

30/mai	Deontologia
6/jun	Direito Constitucional
13/jun	Simulado OAB
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	Entrega das peças processuais e do desempenho nos Simulados da OAB, obedecendo à seguinte fórmula: 6,0 pontos (1,0 ponto por peça processual) + 4,0 pontos (2,0 pontos por Simulado) = 10,0 pontos (somatório é a nota final do aluno). Mínimo de acertos para obter os 2 pontos do Simulado OAB: 28 acertos.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	BRASIL. Código de Ética e Disciplina da OAB. Disponível em: <a href="http://www.oab.org.br/Content/pdf/LegislacaoOab/codigodeetica.pdf">http://www.oab.org.br/Content/pdf/LegislacaoOab/codigodeetica.pdf</a> ; BRASIL. Lei Federal nº 8.906 de 4 de julho de 1994. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8906.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8906.htm</a> BRASIL. Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB. Disponível em: <a href="http://www.oab.org.br/Content/pdf/LegislacaoOab/RegulamentoGeral.pdf">http://www.oab.org.br/Content/pdf/LegislacaoOab/RegulamentoGeral.pdf</a> .
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	MARTINS, Sérgio Pinto. Direito Processual do trabalho. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.